

Editorial

É com imensa alegria que apresentamos a sexta edição da Revista de Pesquisa em Políticas Públicas – RP3, trazendo muitas novidades. Em primeiro lugar, a avaliação Qualis CAPES 2014, publicada recentemente, classificou nossa Revista como B3 na área de Ciência Política e Relações Internacionais e B4 na área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo e na área de Sociologia. Para continuarmos a transpor etapas e alcançar melhores classificações, contamos com a colaboração de todos: autores, avaliadores e equipe técnica.

Outra boa notícia é que agora podemos contar com o a classificação DOI[®], (*Digital Object Identifier System*), para os todos os artigos publicados. Gostaríamos de destacar a dedicação da editora executiva, Luane Aguiar, nesse ponto. Estamos em processo de inscrição em outros indexadores e traremos novidades nesse campo na próxima edição.

A presente publicação traz quatro artigos que navegam sobre a discussão do tema visibilidade, transparência e participação da sociedade civil em diferentes aspectos da gestão pública no Brasil, seja nas redes sociais digitais, na pesquisa acadêmica, nas políticas públicas e tratados internacionais ou em uma política pública específica.

O artigo de Ana Claudia Farranha, Luiz Fernando Macedo Bessa, Thaís Magalhães Rosa e Marcos Antonio Melo Neto intitulado **Mídias Sociais Digitais e Administração Pública: o caso do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM)**, teve como objetivo abranger a dinâmica que permeia a presença da Administração Pública em redes sociais. Utilizando-se de uma rede social digital muito conhecida, os autores, a partir da apresentação de dados de dois Ministérios, concluem que existe, de fato, um grande potencial para a comunicação da atuação de órgão da administração direta estudados. Contudo, foi constatado pouca participação da sociedade, o que demonstra que a presença na Administração Pública nas redes sociais digitais precisa ser muito estimulada.

Marcus Santos de Sousa e Débora Coutinho Paschoal Dourado apresentam um levantamento bibliográfico sobre as publicações científicas lançadas desde o ano de 2003, e que tiveram como objetivo debater, a avaliar e a relacionar a **Políticas de Transferência de Renda Federal no Brasil**. Através de extensa pesquisa em diferentes bases de dados, os autores apontam, entre outros tópicos, que a discussão sobre a saúde tem um destaque maior e que outros pontos, como trabalho e educação, ainda são pouco tratados.

O artigo intitulado **Tratados Internacionais de Direitos Humanos e o Estado Brasileiro: incentivo na construção de políticas públicas**, Luís Renato Vedovato e Michelle Camille Barreto apresentam subsídios para o entendimento do processo de internalização dos tratados internacionais no Brasil. Os autores descrevem quais são os atores envolvidos no processo, qual o contexto dos direitos humanos no mundo, como foi elaborado o Sistema Internacional de Direitos Humanos, como o Brasil se insere atualmente nesse contexto, além de explanar quais são os principais tratados e convenções que o país é signatário.

O quarto artigo traz uma análise interessante de como a gestão do Fundo Estadual da Criança e do adolescente do Amazonas (FECA) está contribuindo para a viabilidade do Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Ado-

lescente. Assim, Lucilene Ferreira de Melo e Marla Maciel Do Vale apresentam diferentes aspectos pertinentes à gestão deste fundo, as organizações e projetos apoiados por ele, bem como a relação das temáticas abordadas pelos projetos apoiados com as diretrizes da Política Decenal dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente. Os autores concluem que apesar da lei Ordinária do FECA estar em concordância com o que dispõe a lei do FNCA, percebe-se ainda a contínua falta de informações que poderiam facilitar a visibilidade da transparência da aplicação dos recursos do Fundo diante da sociedade civil.

Luciana de Oliveira Miranda Gomes

Luiz Guilherme de Oliveira